

RENATO MEZAN

O tronco e os ramos

Estudos de história da psicanálise



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by Renato Mezan

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Gustavo Soares

Preparação

Ieda Lebensztayn

Revisão

Angela das Neves

Adriana Bairrada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mezan, Renato

O tronco e os ramos / Renato Mezan. — 1ª ed. — São Paulo:
Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2410-7

1. Psicanálise 2. Psicanálise - História I. Título.

14-01074

CDD-150.195

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise: Teoria: Psicologia 150.195

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação	9
PARTE I: DA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE	19
1. Questões de método na história da psicanálise	21
2. Paradigmas e matrizes clínicas	56
3. A construção da metapsicologia: 1892-1914	89
4. Reformulações da metapsicologia: 1914-26	137
5. A “horda selvagem”: sobre os inícios do movimento psicanalítico	209
6. Mudanças do pós-guerra: 1919-23	242
7. Discussões sobre técnica: 1919-39	286
PARTE II: FREUD	355
8. De Sartre a Huston: <i>Freud, além da alma</i>	357
9. “E daí — o que apareceu de tão interessante?” Freud e Dora	387
10. A “ilha dos tesouros”: relendo <i>A piada e sua relação com o inconsciente</i>	425
11. “Um trabalho de civilização”: Freud e a psicanálise	472

PARTE III: DA ATUALIDADE	505
12. Fronteiras da psicanálise.....	507
13. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões	528
14. Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise?	543
 Nota sobre a origem dos textos	 577
Bibliografia.....	579
Índice de obras mencionadas.....	587
Índice remissivo	599

PARTE I
DA HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

I. Questões de método na história da psicanálise

Todo estudante de psicanálise, num momento ou noutro de sua trajetória, vem a experimentar uma curiosa sensação de vertigem. Tendo deixado para trás aquele momento feliz no qual, em virtude da ignorância recém-desvirginada, acreditava ser possível formar sem muita dificuldade um quadro coerente da teoria psicanalítica, defronta-se um belo dia com a constatação escandalosa: os psicanalistas não falam a mesma língua!

Imaginemos que ele esteja às voltas, por exemplo, com o conceito de complexo de castração. Se procurar compreendê-lo em suas várias determinações, é provável que não se contente com a leitura dos trabalhos em que Freud o examina. Buscará completar sua informação com textos da escola lacaniana ou da tradição inglesa — e não demorará a perceber que sob o mesmo vocábulo se ocultam concepções bastante diferentes. Mais do que isto: acabará por se dar conta de que, na problemática própria a essas tendências, o lugar e a importância teórica dessa noção estão longe de ser idênticos. E ei-lo mergulhado na confusão: o que é, *afinal*, o complexo de castração?

Não é improvável que, diante da dificuldade, recorra ao procedimento de reduzir ao mínimo denominador comum as diferentes maneiras de definir o conceito e de operacionalizá-lo, ou seja, tentará fazer com que os vários autores consultados acabem por dizer a mesma coisa. Ora, esse meio de solucionar o

problema terá por consequência a construção de uma ideia pobre (porque resultado do escamoteamento de diferenças bastante relevantes), confusa (porque cortada das amarras que, em cada escola, a unem a outras noções e a outras teses), e provavelmente inútil do ponto de vista clínico, pois é remota a chance de que tenha alguma pertinência frente à sutileza dos fenômenos sobre os quais seria interessante pensar em termos de “complexo de castração”.

Se o estudante repetir o processo com outras noções centrais para a teoria psicanalítica, como a transferência ou o complexo de Édipo, voltará a se defrontar com esta intrigante descoberta: os conceitos denotados por estas palavras variam amplamente de escola para escola. E, o que é mais grave, encontrará em algumas termos não utilizados pelas demais: por exemplo, “posição”, “ambiente facilitador”, “self grandioso”, ou “ordem simbólica”. Com este tipo de conceitos, o procedimento eclético do mínimo denominador comum falhará, já que faltam os equivalentes nas outras doutrinas. Nosso estudante, então, não deixará de formular uma pergunta aparentemente fácil de responder: por que existem tantas variedades de psicanálise? Por que a herança de Freud é suscetível de tantas leituras, que se revelam como dificilmente harmonizáveis? Ao se interrogar assim, ele se verá atraído por um problema muito mais complicado do que a princípio imaginava. Pois é toda a questão da história da disciplina que, imperceptivelmente, terá vindo esgueirar-se por baixo da pergunta aparentemente fácil de responder. E a *história* da psicanálise o confrontará, por sua vez, com alguns dos enigmas mais intrincados da *teoria* da psicanálise.

O fato é que essa história não se limita às peripécias — dignas de um romance de capa e espada — que agitaram o movimento psicanalítico: dissidências, expulsões, rupturas... Ela deve incluir também um estudo das transformações ocorridas na teoria e na prática clínica, que se apresentam, a um observador que se disponha a pensar a sério o que observa, sob o signo da *dispersão*. No que se segue, submeto à consideração do leitor algumas ideias sobre as origens e sobre a estrutura dessa dispersão.

A TRÍPLICE DIÁSPORA

Podemos considerá-la, num primeiro nível, de modo descritivo. Trata-se não de uma, mas de *três* dispersões diferentes: geográfica, doutrinária e institu-

cional. Dispersão geográfica: da cultura científica centro-europeia da *Belle Époque* que lhe deu origem, a psicanálise migrou para outras latitudes, aprendeu outros idiomas, mergulhou em outras áreas culturais, e, massacrada em seu solo natal pelo nazismo, quase desapareceu dos países de língua alemã, nos quais somente a partir dos anos 1960 volta a se configurar uma reflexão psicanalítica original, que, por razões de tradução, ainda é largamente desconhecida no Brasil. Seus centros principais estão hoje na Inglaterra, na França, na América Latina, e (não se sabe por quanto tempo ainda) nos Estados Unidos.

Pouco se tem refletido sobre o impacto que estes transplantes tiveram sobre a própria teoria psicanalítica, ainda que, ocasionalmente, o tema tenha sido aflorado. Vejam-se, por exemplo, estas linhas da Introdução ao *Vocabulário de psicanálise* de Laplanche e Pontalis: “A psicanálise nasceu há cerca de três quartos de século. O ‘movimento’ psicanalítico conheceu uma história longa e atormentada; grupos de analistas foram criados em numerosos países, nos quais a *diversidade dos fatores culturais não pôde deixar de ter ecos sobre as próprias concepções*”.

É interessante notar que os autores do *Vocabulário* aludem de passagem aos efeitos que a dispersão geográfica produziu sobre “as próprias concepções”, mas não tiram desta alusão as conclusões necessárias: a saber, indagar no que consiste esta “diversidade de fatores culturais”, quais são, precisamente, os “ecos” que elas fizeram vibrar, e no que as “próprias concepções” foram ou não alteradas por tais ecos e por tais fatores. Ao contrário, separam o movimento psicanalítico — que, este sim, possui uma história “longa e atormentada” — das “concepções” produzidas por ele; tanto que, na frase seguinte, afirmam os princípios que governam a elaboração da sua obra: “Mais do que recensear a multiplicidade pelo menos aparente do emprego [dos conceitos] através do tempo e do espaço, preferimos recuperar em sua originalidade própria as noções, muitas vezes esmaecidas e obscurecidas, e, por este motivo, atribuir uma importância privilegiada ao momento de sua descoberta”.¹ Sem pretender questionar a relevância ou a utilidade do *Vocabulário*, cabe, no entanto, uma interrogação: o que ocorreria se se procurasse “recensear a multiplicidade” do emprego dos conceitos “através do tempo e do espaço”? Penso que se imporia uma evidência: tal multiplicidade não é de modo algum ilusória, mas bastante profunda.

1. Laplanche e Pontalis, “*Avant-Propos*”. In: *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: PUF, 1967. p. ix. Grifos meus [Ed. bras.: *Vocabulário de psicanálise*. 4. ed. Trad. de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2001].

E isto nos traz à segunda dispersão: a doutrinária. O fato é que existem várias escolas de psicanálise, o que aliás explica o desconcerto do estudante a quem me referi há pouco. Uma experiência frequente o confirma: para alguém formado numa dada tradição, o primeiro contato com alguma das outras perspectivas costuma suscitar um choque de consideráveis proporções, pois efetivamente são muito diversos os referenciais do que é a psicanálise, de como se deve praticá-la e pensá-la.

Costuma-se reagir a este choque com um espasmo defensivo: a *boa* psicanálise é a que me ensinaram, aquela que orientou minha análise pessoal e as supervisões que fiz até agora... O que “eles” denominam psicanálise é uma aberração! Lacan? Um intelectualizador contumaz, um manipulador da transferência, dirá o bioniano. Bion? Um místico que nunca saiu do imaginário, dirá o lacaniano. E assim por diante: com maior ou menor estridência, buscar-se-ão “argumentos” para reforçar a convicção de que estamos do lado certo da trincheira, convicção acompanhada pelo desprezo do que possam significar estas discrepâncias quanto à própria natureza da psicanálise. Elas são ignoradas em nome de uma lógica bélica (e tosca), na qual só existem verdades absolutas e erros integrais.

Tentemos afastar-nos desta armadilha e excluir as soluções simplistas: como dar conta da situação? Uma única resposta é possível: o clima psicanalítico, as questões julgadas pertinentes, o modo de construir teorias a partir de um conjunto de evidências partilhadas, e por isso mesmo raramente interrogadas, são governados por referenciais teóricos amplamente divergentes. E, no entanto, a origem de todos estes referenciais é a obra de Freud. Eis-nos de novo diante do problema da história da psicanálise: como e por que se construíram estes referenciais teóricos? De onde vêm suas armações conceituais? Por que tiveram sucesso, maior ou menor, em diferentes épocas e lugares? Por este caminho, a indicação de Laplanche e Pontalis pode ser muito fecunda: trata-se de fazer o levantamento das “próprias concepções” — quantas existem, no que consistem suas diferenças, etc. — e simultaneamente pesquisar quais poderiam ter sido os “fatores culturais” que, incidindo sobre a teoria herdada de Freud, acabaram por inflêtila nas direções que conhecemos. Em suma: levar a sério a ideia de uma história, não enquanto sequência de percalços externos e mais ou menos casuais, referentes apenas ao movimento psicanalítico (cisões, divergências, emigrações por motivos políticos, etc.), mas enquanto *algo intrínseco ao desenvolvimento teórico da disciplina fundada por Freud*.

Esta perspectiva, porém, esbarra num obstáculo: a resistência dos psicanalistas a admitir que outras formulações, além daquela à qual aderem, possam ter validade teórica e prática. E isso está ligado à terceira dispersão a que me referi: a institucional. Sabe-se que a Associação Internacional de Psicanálise fundada por Freud já não representa — apesar dos seus protestos em contrário — a única organização legítima dos psicanalistas. Por motivos variados, entre os quais a própria burocratização desse organismo e sua impermeabilidade às novas correntes do pensamento psicanalítico (em especial nos anos 1950), vieram a formar-se outros agrupamentos, como os de inspiração lacaniana, o Quarto Grupo parisiense, ou ainda associações locais em torno de programas específicos de ensino e de reflexão: só no Rio de Janeiro existem atualmente² cerca de vinte instituições que fazem da psicanálise seu ponto de convergência. Esta verdadeira diáspora, no sentido grego do termo — dispersão das sementes — testemunha que a psicanálise deixou de ser uma especialidade terapêutica (como essencialmente o é nos países anglo-saxões) para realizar um dos projetos de seu fundador: tornar-se um fato de cultura.

Mas, no que tange ao nosso problema, a multiplicação das instituições psicanalíticas acarreta um efeito curioso. Elas se constituem em torno de uma determinada maneira de conceber a psicanálise como prática e como teoria, maneira assumida implícita ou explicitamente por seus membros sob a forma de atitudes, crenças e evidências que paulatinamente vão se tornando inquestionáveis, apesar da retórica em contrário (“interrogação permanente”, e palavras de ordem do mesmo tipo).

Tais crenças e evidências desempenham um papel nada desprezível na configuração da identidade do psicanalista. Lidando com fenômenos imateriais como emoções, pensamentos, transferências e resistências, e tendo como instrumento básico a interpretação necessariamente conjectural desses fenômenos, a espécie de trabalho que cada qual efetua com seus pacientes pode encontrar um de seus sustentáculos na ideia de que ela, e *nenhuma outra*, é a “verdadeira psicanálise”, aquela que conserva a inspiração mais profunda do projeto freudiano. Por este motivo, são consideráveis as forças que se opõem à mera ideia de uma história da teoria psicanalítica, que implica reconhecer a existência de várias espécies do gênero, e, ao invés de as caluniar ou difamar, pesquisar suas origens e

2. Final da década de 1980, quando foi escrita a primeira versão deste capítulo.

desenvolvimento. Tal empreendimento pode soar (e frequentemente soa) como ameaça de relativização dos postulados em volta dos quais se aglutinam as instituições. No caso mais favorável, a ideia não é recusada *in limine*, porém se delinea uma tendência a formular o problema em termos normativo-dogmáticos, esperando implicitamente que uma investigação histórica precise qual é a teoria correta e qual é a prática adequada. Ora, a recusa desta pseudotarefa é condição elementar de qualquer trabalho historiográfico; mais ainda, é dele que pode vir alguma luz sobre a gênese da própria ideia de uma teoria/prática que, por ser a verdadeira, excluiria todas as demais.

Minha impressão é que ela reside na necessidade de provar que as teorias pós-freudianas são fiéis à matriz básica da psicanálise, isto é, à obra de Freud. Todas têm a pretensão de ser a única reta continuação das ideias do fundador, e esse simples fato basta para percebermos que nenhuma delas o é. Pois não se concebe que a *mesma* linha de pensamento possa ser prolongada por escolas tão diferentes entre si quanto o são os quatro grandes troncos que, ao longo das décadas, brotaram da raiz freudiana: a escola kleiniana, a lacaniana, a psicologia do ego americana e a escola britânica das “relações de objeto”. O trabalho do historiador da psicanálise, que parte da diversidade do presente, visa a restituir aquilo mesmo que cada escola necessita escamotear: sua origem real. É para encontrar esta origem, e para mostrar como e por que as tendências pós-freudianas foram se diferenciando, que se encaminha a investigação da qual é parte o presente trabalho.

CRITÉRIOS PARA CARACTERIZAR UMA ESCOLA

Para situar o problema de modo adequado, a primeira providência é afastar a representação imaginária que cada escola tem de sua própria origem. E, antes ainda, é preciso afastar a ideia — mais difundida do que se costuma acreditar — de que a psicanálise é sinônimo de “pensamento de Freud”. Pois, se assim fosse, ele teria sido não apenas o primeiro psicanalista, mas também o único e o último. O lugar eminente que a obra freudiana ocupa no panorama psicanalítico não é em nada diminuído pela consideração de que dela surgiram outras, as quais, sem deixar de ser psicanalíticas, tampouco são diretamente deriváveis das matrizes freudianas.

Ora, é justamente aqui que as escolas coincidem: todas abrigam a representação — falsa — de que, cada uma por si e com exclusão de todas as demais, constituem a única derivação adequada da raiz freudiana, o que implica a desqualificação das demais. Incapazes de enfrentar a diversidade, precisam contorná-la traçando uma fronteira: no redil da psicanálise, Freud e ela própria, sua legítima herdeira (ou viúva); nas trevas exteriores, as outras. Cada uma delas tem, da relação que mantém com a obra freudiana, uma concepção particular, a qual é ao mesmo tempo uma visão da história da disciplina, e portanto da sua própria gênese.

Podemos ilustrar a situação comparando brevemente duas representações largamente difundidas do processo pelo qual nasce uma escola psicanalítica: a kleiniana e a lacaniana. Segundo a primeira, Melanie Klein *aprofundou* certas concepções de Freud, e as *aplicou* a territórios novos ou até então pouco explorados (análise de crianças e de certos tipos de psicose); assim, teria criado um sistema que se encontra em situação de *continuidade* com o pensamento do fundador. Por exemplo, mais fiel ao espírito da psicanálise do que às opiniões do mestre de Viena, ela insistiu na capacidade de transferência mesmo de crianças muito pequenas, mantendo frente a elas uma postura analítica e evitando utilizar as sessões como espaço pedagógico. As inovações teóricas a que foi conduzida — e que suscitaram nos anos 1940 as celeumas de que se tem notícia — resultariam da aplicação rigorosa dos *mesmos* princípios que norteavam o trabalho de Freud, ainda quando as conclusões de Klein se afastam muito de algumas afirmações claras e explícitas do mestre de Viena.

Testemunham esta concepção da história da disciplina psicanalítica as numerosas passagens em que Klein e seus colaboradores insistem em que as teses acusadas de heréticas e desviacionistas nada mais são do que prolongamentos, impostos pela dinâmica do trabalho científico, aos princípios fundamentais da obra freudiana. Impossível, porém, deixar de assinalar um mistério: se se trata de simples *prolongamentos*, por que eles resultam em teses por vezes contrárias às conclusões de Freud (por exemplo, a relação entre superego e complexo de Édipo, ou entre angústia e pulsão de morte)?

A versão lacaniana da história da psicanálise é um pouco mais complexa, e lembra as ideias de Heidegger acerca da história da filosofia. Para o pensador da Floresta Negra, a visão essencial dos primeiros pensadores gregos foi sepultada pelo advento da metafísica a partir de Platão e de Aristóteles. A história da filosofia seria a história deste esquecimento, e a tarefa do pensador consiste no des-ve-

lamento (*a-létheia*) daquilo que os pré-socráticos entreviram e formularam em seus textos. Para Lacan, o esquecimento da descoberta freudiana — na verdade, sua repressão — é o traço fundamental da história da psicanálise, com a agravante de que ele começou a ser fomentado pelo próprio Freud, em seus escritos dos anos 1920, que deslocam o eixo da teoria da análise do inconsciente para a do ego.

Essa visão impõe um retorno a Freud, que visa a recuperar a agudeza e o relevo da noção de inconsciente e a salvar a “coisa freudiana” do perigo de se tornar resolutamente antifreudiana. Tal retorno, porém, deve incorporar à disciplina as aquisições da antropologia estrutural (como a noção de simbólico), da linguística de inspiração saussuriana, da topologia matemática, da leitura de Hegel iniciada na França por Alexander Kojève, etc. Ora, a utilização extremamente hábil deste instrumental por parte de Lacan — instrumental que não se encontrava à disposição de Freud — resulta numa *interpretação* da obra deste, que conduz a teses possivelmente fecundas, mas que não se encontram nos textos aos quais se pretende efetuar um retorno, tais como a de que “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, ou “a relação sexual não existe”.

Impõe-se a constatação de que essas duas representações da história da psicanálise são perfeitamente antagônicas. Pois, se a psicanálise moderna é a reta continuação da obra freudiana, não há por que retornar às origens; e, se há necessidade deste retorno, é porque a obra dos sucessores falseia ou banaliza o sentido da descoberta de Freud. Para os kleinianos, o pensamento de Lacan já não é mais psicanálise, e para os lacanianos o kleinismo se limita ao imaginário, esquecendo a dimensão do simbólico, que seria essencial à doutrina freudiana.

Sem entrar no mérito dessas afirmativas, torna-se claro que as duas maneiras de figurar a história da psicanálise tornam impossível que ela tenha uma história: ou porque proclamam a *identidade* profunda das concepções de Klein e de Freud, apesar das diferenças visíveis a olho nu (reduzidas então a questões menores, ou a implicações legítimas das teses freudianas), ou porque proclamam a *identidade* trabalhosamente demonstrada das concepções de Lacan e de Freud, apesar das diferenças visíveis a olho nu (explicadas então pela necessidade de expurgar a psicanálise das escórias erroneamente introduzidas nela pelos sucessores e mesmo pelo próprio fundador, e de — parafraseando a sentença de Marx — extrair o ouro puro da ganga que o encobre).

O que é assim silenciado é uma verificação que pode ser feita por qualquer leitor atento: o modelo kleiniano e o modelo lacaniano estão longe de ser sim-

plesmente continuação aprofundante ou retorno purificador. Suas relações com o modelo freudiano são complexas, têm sido a meu ver pouco estudadas, e não o poderão ser enquanto a existência do problema não for suficientemente percebida, isto é, enquanto prevalecer a opinião de que não há questão de *relações entre modelos*, porque se trata do *mesmo* modelo, com retoques cosméticos e no fundo irrelevantes. Em ambos os sistemas, há uma seleção dos textos de Freud que funcionam como referência — os kleinianos privilegiando o “último” Freud, os lacanianos o “primeiro” Freud. Em ambos, há o recurso a modalidades da experiência psicanalítica que ele pouco explorou: a análise infantil e a clínica das psicoses. Em ambos, há uma retomada dos princípios estabelecidos pelo fundador — mas não dos mesmos, nem da mesma maneira — e uma formidável elaboração conceitual, que desloca o centro da gravidade da teoria psicanalítica, para a angústia e a posição depressiva em Melanie Klein, para a cadeia significativa e a simbolização no caso de Lacan.

A historicidade da psicanálise consiste nisso: as teorias dos sucessores são ao mesmo tempo psicanalíticas e diferentes das propostas por Freud, novas na acepção mais forte deste termo, sendo impossível derivar cada uma delas somente do “implícito” ou do “entrevisto, mas não elaborado” pelo fundador da disciplina. Eis por que é necessário insistir: *há história*, ou seja, irrupção do novo e do inédito, ruptura e transformação, em função das quais certa continuidade — cujo estatuto necessita determinação — se estabelece e se preserva.

Uma vez postas entre parênteses as representações de sua origem forjadas por cada escola, o problema se descortina em toda a sua complexidade. Um bom ponto de partida reside naquilo que é comum a todas essas representações: a derivação a partir da raiz freudiana. Qual é, por sua vez, a origem da conceptualização de Freud? Aqui, os resultados de outra pesquisa indicam a direção: Freud pensa e inventa a partir da clínica, da sua autoanálise e do clima cultural do seu tempo.³ A partir da clínica e da autoanálise: para elucidar tanto o enigma da histeria quanto seu próprio luto neurótico pela morte do pai, ele se debruça sobre a sexualidade e sobre os sonhos, e o rebote dessas investigações umas sobre as outras faz avançar seu pensamento. A partir do clima cultural: encontra modelos do que é a psique, do que é fazer ciência, do que são emoções e pensamentos, do

3. Renato Mezan, “As três fontes da psicanálise”. In: *Freud, pensador da cultura*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; 7. ed., 2006.

que é a linguagem, na literatura europeia e nas teorias científicas do século XIX acerca destes temas: Darwin, os físicos, a herança filosófica de Kant e do idealismo alemão, a psiquiatria, a neurologia, Charcot, a hipnose, Shakespeare, Sófocles, Goethe, Cervantes... É com estes instrumentos que forja seus conceitos, que evidentemente ultrapassam a mera somatória dos materiais com que são produzidos.

O melhor exemplo deste processo é a invenção do conceito de repressão, “pedra angular da teoria psicanalítica”, que, sem deixar de ser uma criação original, não poderia jamais ter visto a luz sem a referência aos esquemas do pensamento científico contemporâneos de Freud. Da noção de repressão irão surgir — e ser remanejados incessantemente no decorrer da obra — tanto a metapsicologia quanto a estratégia do tratamento, soldando de forma íntima a face teórica e a face pragmática da nova disciplina. Por outro lado, se os primeiros resultados indicam a direção a seguir, excluem simultaneamente do campo visual certos aspectos: em 1920, Freud é tributário da clínica, do clima cultural em que se formou, e do Freud de 1900, de 1910 e de 1915.

Se esses três fatores são responsáveis pela formação da teoria freudiana, uma ideia se apresenta de imediato: verificar se não serão responsáveis igualmente pela formação das teorias pós-freudianas. E aqui discernimos, inicialmente, um critério para decidir quais das inúmeras contribuições realizadas pelos outros psicanalistas merecem a designação de *escolas*: pois estas são em número reduzido, enquanto se medem por milhares os autores que, mesmo com um único artigo, enriqueceram a psicanálise neste ou naquele ponto.

Considerada do ponto de vista epistemológico, a obra de Freud se desdobra em quatro dimensões. Primeiramente, existe uma teoria geral da psique, expressa em termos de um aparelho psíquico constituído por vários lugares ou instâncias em conflito entre si, e nos quais circula “algo” caracterizado em termos metafóricos como energia suscetível de variações quantitativas e geográficas: há, portanto, uma tópica, uma dinâmica e uma economia psíquicas. Em segundo lugar, existe uma teoria da gênese e do desenvolvimento da psique, uma espécie de modelo esquemático universal, que cada indivíduo refaz e preenche em sua própria história concreta: por exemplo, a sucessão das fases libidinais, a travessia do Édipo, etc. Em seguida, como consequência das duas primeiras dimensões, existe uma teoria das várias soluções possíveis para os conflitos fundamentais, soluções que determinam a emergência de estruturas neuróticas, perversas ou

psicóticas, com suas fixações e defesas características: há, portanto, uma teoria do funcionamento normal e patológico da psique. Por fim, em função das outras três, há uma concepção do processo psicanalítico, isto é, das modalidades de intervenção capazes de modificar em certa medida o funcionamento psíquico, e dos obstáculos que se antepõem a esta finalidade tanto do lado do analista quanto do lado do paciente: aqui se situam noções como transferência, resistência, interpretação, etc.

Pois bem: considerarei fundadoras de escolas psicanalíticas aquelas obras que tematizam de modo *original* e *coerente* estas quatro dimensões, propondo novos conceitos-chave para cada uma delas. É simples, neste caso, compreender por que são tão poucas essas escolas: não é feito modesto a produção convergente e sistemática de uma metapsicologia, de uma teoria do desenvolvimento, de uma teoria psicopatológica e de uma teoria do processo terapêutico. Muitos foram os que contribuíram para uma ou outra dessas dimensões, uns em maior escala, outros menos; mas, a meu ver, somente em quatro autores ou grupos de autores encontramos um sistema capaz de se sobrepor coerentemente a todas as vertentes da teoria freudiana: refiro-me a Melanie Klein, a Jacques Lacan, aos fundadores da psicologia do ego (Hartmann, Kris e Loewenstein), e aos analistas “independentes” britânicos reunidos em torno da teoria das relações de objeto, como Fairbairn e Winnicott.⁴

Ao mesmo tempo, torna-se simples compreender no que essas escolas são derivações da matriz freudiana: em sua metapsicologia, elas preservam a descoberta básica de Freud — o inconsciente — e a ideia fundamental do conflito psíquico; em sua teoria do desenvolvimento, mantêm a ideia essencial de uma permanência do infantil no psiquismo adulto; em sua teoria do funcionamento normal e patológico, operam com a categoria basilar de defesa, em consequência da qual o sintoma se define como compromisso entre forças psíquicas opostas; na forma de conduzir o processo analítico e de refletir sobre ele, trabalham com os processos e com os conceitos de transferência e de resistência, em virtude do que utilizam como meio privilegiado de intervenção terapêutica a interpretação do discurso produzido durante a sessão.

4. O caso de Bion é, para mim, ainda incerto. Por um lado, é evidente que se trata de um pensador original; por outro, não estou seguro de que seus trabalhos preencham todos os critérios enumerados no decorrer deste artigo para qualificar como “escola” um sistema de psicanálise. Se um estudo mais aprofundado deles vier a me persuadir de que o fazem, não veria qualquer problema em considerá-los como base de uma quinta escola.

Eis, portanto, assinalados os pontos de convergência entre as várias escolas, o que as torna escolas *de* psicanálise, e as faz verem umas nas outras seus interlocutores e seus adversários. O que, então, as diferencia? O fato do qual partimos: o *conteúdo* de cada uma das dimensões essenciais a uma teoria psicanalítica não é o mesmo em cada uma dessas escolas. Há sempre uma tópica: mas não é indiferente formulá-la em termos de ego/id/superego, em termos de real/imaginário/simbólico, ou em termos de mundo interno e de “posições”. Há sempre uma força motriz inconsciente: mas não é indiferente caracterizá-la como sexualidade, como angústia, como desejo, como necessidade de adaptação ou como busca de segurança. Há sempre emprego da transferência como fulcro do processo psicanalítico: mas não é indiferente considerá-la deste ou daquele modo, manejá-la assim ou de outra maneira.

Poderíamos multiplicar os exemplos: estes bastam, porém, para ilustrar meu ponto de vista. E, dessa forma, compreendemos a perplexidade do nosso estudante do início: quando se depara com um conceito, a homofonia das palavras mascara a diversidade dos conteúdos que ele assume em cada corrente, diversidade que pode ser ínfima ou, ao contrário, capital. Também compreendemos por que é tão difícil formar uma ideia clara do conjunto da psicanálise: as quatro vertentes da teoria nunca são perfeitamente ajustadas entre si, e, sobretudo, são *pressupostas* pelo autor que se insere nesta ou naquela escola; cabe ao estudante — e ao preço de quantos momentos de desespero! — aprender a localizar os conceitos, a discernir suas relações recíprocas e seu potencial heurístico. A teoria psicanalítica é bela, porém árdua...

OS TRÊS FOCOS

Resumamos nosso percurso: existem escolas de psicanálise. Elas propõem cada qual uma “substância” diferente para as vertentes indispensáveis a qualquer teoria psicanalítica. Possuem uma ideia da relação que mantêm com o pensamento de Freud, isto é, uma representação acerca da história que as gerou. Funcionam como polo de aglutinação para instituições, em cujo seio passam a ser aceitas como “a” psicanálise. Resta explicar o essencial: de onde provêm os conteúdos da teoria?

É aqui que a estrutura da obra freudiana revela sua exemplaridade: por que não ver aonde nos leva a hipótese de que cada uma delas se origina de uma matriz clínica, do clima cultural à sua volta e de um equivalente da autoanálise? Sem excluir a possibilidade de que a autoanálise de Melanie Klein, de Lacan ou de Hartmann tenha desempenhado alguma influência na elaboração de suas doutrinas (no caso de Klein, há uma forte probabilidade de que isso tenha ocorrido a partir dos anos 1930), é cabível estimar que a existência do corpus freudiano e seu estudo obrigatório possam figurar para os sucessores um equivalente do papel que a autoanálise desempenhou no caso da obra *princeps* — sobretudo porque, enquanto dimensão fundadora de conceptualização, tal empreendimento só pôde ser realizado uma vez. Daí por diante, para ser psicanalítica, qualquer teoria precisa respeitar o mapeamento básico do campo da disciplina, mapeamento realizado de uma vez por todas por Freud e que resultou nas quatro vertentes mencionadas acima.

Um paralelo esclarecedor pode ser estabelecido, ainda uma vez, com a história da filosofia. O que entendemos por filosofia é uma invenção de Platão, o qual instituiu três coisas diferentes: um campo novo de significações, a filosofia; um método, a dialética; e um conjunto de teses, o platonismo. Em seu espírito, estas três dimensões eram indissociáveis; mas, se já não somos platonistas nem consideramos que a dialética como a compreendia Platão seja o método por excelência da filosofia, nem por isso deixa de ser possível “fazer filosofia”. Aristóteles foi o primeiro a criticá-lo,⁵ e a inovar profundamente tanto no método quanto no conteúdo do pensamento; mas, na medida em que este se move no domínio instaurado por seu mestre — o do conceito e o da verdade demonstrada por argumentos — seus escritos são tão filosóficos quanto os dele. E, pelo menos até Hegel, a filosofia pôde ser praticada no mesmo “campo” que Platão foi o primeiro a arar, muito embora os métodos e as teses enunciadas pelos filósofos tenham se afastado imensamente do pensamento platônico. Penso que este paralelo é útil para compreender o que se passa atualmente com a psicanálise: no campo que Freud foi o primeiro a cultivar, brotaram espécies que, embora aparentadas, não devem ser confundidas com as que ele plantou e estudou.

Assim, sugiro que, na esfera da psicanálise, uma teoria abrangente — de cujos adeptos se pode dizer que formam uma “escola” — deriva idealmente de

5. “*Amicus Platonis, sed magis amicus veritatis*”: “Sou amigo de Platão, porém mais amigo da verdade”, teria dito ele (naturalmente, em grego...).

três focos: uma matriz clínica particular, um determinado clima cultural, e uma leitura específica da obra de Freud. Vejamos brevemente como esta ideia pode ser desenvolvida: ela constitui o essencial da maneira como entendo a história da disciplina.

Denomino “matriz clínica” um tipo determinado de organização psicopatológica, com sua estrutura própria, seus conflitos originadores e suas modalidades características de defesa. A matriz clínica básica de Freud é constituída pelas neuroses de transferência, como ele próprio não se cansa de repetir, e em especial pela histeria, ao menos no início de sua carreira. Poderíamos mesmo ampliar esta ideia, considerando que em Freud se encontram não uma, mas quatro matrizes: a da histeria, a da neurose obsessiva, a da melancolia e a da psicose. Discutir profundamente esse ponto nos conduziria muito longe de nosso objetivo atual,⁶ mas me parece plausível a hipótese de que as matrizes clínicas das escolas posteriores estejam estreitamente correlacionadas com *uma* dessas quatro, cujo primeiro esboço — e certamente mais do que isso — se encontra nos escritos de Freud.

Em todo caso, em termos de *experiência* clínica, é certo que a dele se deu essencialmente com neuróticos e perversos, capazes de estabelecer determinados tipos de transferência. O que escapa a estas matrizes — que podem ser unificadas numa só, já que para Freud a neurose é o negativo da perversão — é por ele considerado inanalísável, muito embora, em termos teóricos, a psicose o tenha ocupado longamente. É da reflexão sobre ela que surge um conceito tão essencial quanto o de narcisismo, assim como, do estudo da melancolia, brotarão as instâncias ideais, e, a partir do conceito de identificação, uma nova teoria do ego.

Ora, Melanie Klein e Lacan refletem a partir de experiências clínicas com pacientes que escapam ao registro das neuroses de transferência clássicas: crianças pequenas e esquizofrênicos no caso de Klein, paranoicos no caso de Lacan. As matrizes clínicas de ambos são, portanto, diferentes das de Freud, e diferentes entre si. Penso ser possível mostrar como, partindo da análise de crianças com severos sintomas obsessivos, Melanie Klein criará o sistema da *Psicanálise da criança* de 1932, com a proeminência de que nele gozam as noções de angústia e de agressividade primária, assim como, partindo da reflexão sobre o delírio paranoico e o papel que nele desempenha o duplo homossexual, Lacan irá inventar a

6. Encontrei um esboço dessa ideia no livro de Paul Bercherie *Genèse des concepts freudiens* (Paris: Navarin, 1985, pp. 106-18), e a desenvolvi nos capítulos 3 e 4 deste volume.

noção de fase do espelho e lançar as bases de sua teoria do ego como instância da alienação interna. Para aplicar o dispositivo psicanalítico clássico a essas matrizes, torna-se preciso refiná-lo em termos técnicos e em termos teóricos; para compatibilizar os novos conceitos assim inventados com a estrutura doutrinal herdada de Freud, torna-se preciso modificar pouco a pouco amplos segmentos dela, nas quatro vertentes descritas acima.

É evidente que essas tarefas implicam interpretar os textos freudianos, re-manejando-os no sentido necessário à consistência do novo arcabouço teórico, ao mesmo tempo em que se assegura a este último seu caráter psicanalítico. Nesta leitura interpretativa consiste a derivação a que me referi. Seu alcance é tanto teórico quanto político, dadas as vantagens de poder, no interior do movimento psicanalítico, designar o próprio trabalho como a quintessência da “fidelidade” ao espírito de Freud. De onde a presença necessária, ainda que discreta, de uma teoria acerca da história da psicanálise, encarregada de justificar *a posteriori* a direção tomada pela escola em questão. Podemos mesmo aventar a hipótese de que esta visão seja congruente com o restante da doutrina proposta, em particular em seus aspectos metapsicológicos, como se a temporalidade da história da psicanálise vibrasse em consonância com a espacialidade da tópica e com a intensidade da dinâmica postuladas para o funcionamento psíquico.

Quanto ao terceiro foco, o clima cultural: ao emigrar para Paris, Londres, Nova York ou Buenos Aires, os psicanalistas da Europa Central se veem confrontados com panoramas culturais bastante diferentes daquele em cujo seio se formou a teoria freudiana. Este truísmo precisa ser explorado a fundo, exatamente porque não é um truísmo: a psicanálise não pode, e na verdade jamais pôde, permanecer imune ao que se passa em seus contornos exteriores. E mesmo a ideia de contornos *exteriores* precisaria ser revista: pois, se é verdade que a moda feminina ou o esporte predileto de um país em nada influem sobre a forma e o conteúdo da teoria psicanalítica, também é verdade que o solo no qual vai se implantar a prática freudiana — nestas circunstâncias, sempre um produto importado — não deixa de ter efeitos na forma e no conteúdo predominantes que ela assumirá nesses novos territórios.

A tradição científica, por exemplo, vai opor-se ou aderir à psicanálise de uma certa maneira, condicionada pelo passado e pelo presente políticos, pelas questões julgadas centrais no debate de ideias (com a inevitável carga ideológica aí presente), pelos lugares através dos quais passará o processo de implantação

— universidades, hospitais, serviços psicológicos, grupos de estudo, associações liberais... Um aspecto decisivo é o de quem vai se interessar em ser psicanalista: a origem étnica ou social, as carreiras previamente seguidas (e com as quais, apesar da ruptura representada pela mudança de profissão, o psicanalista continua sem dúvida a manter laços afetivos e intelectuais), os procedimentos de seleção e habilitação, determinarão obviamente a conformação do grupo de analistas, contribuindo para moldá-lo nesta ou naquela direção. São, portanto, fatores de natureza sociológica — que, em si mesmos, não dependem diretamente da psicanálise — e aos quais se acrescentam fatores de natureza epistemológica, que incidirão mais diretamente sobre o pensamento deste ou daquele lugar. Vejamos, com alguns exemplos, que partido se pode tirar desta ideia.

A importação da disciplina freudiana para os Estados Unidos a põe em contato com uma sociedade cujo ideal é o *self-made man*, que valoriza os aspectos do êxito econômico e da adaptação social. A época desta importação não pode ser desconsiderada: trata-se dos anos 1920 e 1930, isto é, quando está em formação a primeira geração nascida em solo americano, filha dos 40 milhões de imigrantes que aportaram à América entre 1880 e 1914. Esta geração atravessa, necessariamente, conflitos de identidade, nos quais à complexidade natural do *generation gap* vêm se somar poderosos fatores ideológicos. Serão esses os clientes dos analistas nos anos 1940 e 1950, quando o prestígio social da psicanálise nos Estados Unidos se encontra no apogeu. A tradição psicológica anglo-saxã, por sua vez, enraíza-se no behaviorismo, no pragmatismo, no empirismo associacionista; existe uma psicologia acadêmica respeitada, desenvolvida nas universidades e nos laboratórios.

É de se esperar que, confrontada com essas formas de agir, de sentir e de pensar, a psicanálise se veja objeto de questionamentos inéditos na esfera teórica, e objeto de expectativas de eficácia no plano terapêutico, questionamentos e expectativas que pouco têm a ver com os desafios que enfrentara em Viena ou em Berlim. Quanto do pensamento psicanalítico americano não se deve ao esforço para esclarecer este tipo de questões, impostas pela realidade social e científica, e para as quais *já existe um espaço de acolhimento na teoria*? Isto é essencial. Para tomar um exemplo clássico, a problemática do “ego autônomo”, se tem evidentes pontos de contato com a ideologia vigente na América, não foi introduzida por americanos, nem em Nova York: os primeiros trabalhos de Heinz Hartmann são escritos em alemão, e na Europa. A questão do ego é central nos debates

analíticos dos anos 1930, por várias razões que não cabe evocar aqui; é suficiente mencionar que têm a ver com a introdução da segunda tópica e com a reformulação da teoria da angústia, ambas operações efetuadas por Freud em pessoa.

Para compreender o que se passa, convém utilizar o conceito psicanalítico de sobredeterminação. Este conceito não implica apenas que o fenômeno considerado tenha várias causas concomitantes; implica ainda que o fenômeno remeta a “elementos múltiplos, capazes de se organizar em sequências significativas múltiplas, das quais cada uma, num certo nível de interpretação, possui uma coerência própria”.⁷ Essas cadeias significativas se recortam uma às outras em torno de um ponto nodal: é o que afirma a teoria clássica do sintoma e do sonho.

Penso que esta noção ajuda a esclarecer nosso problema, porque permite ver que uma dada construção teórica — no caso, a teoria do ego autônomo — necessita, para ser engendrada, de elementos de vários tipos: teóricos, clínicos, sociais, ideológicos, etc. Mas ela só encontrará eco e alcance, a ponto de se converter num pilar central da elaboração psicanalítica local, se estiverem presentes condições que favoreçam sua inclusão no arsenal teórico/prático; condições que, por sua vez, se encontram sobredeterminadas pelo estado da teoria psicanalítica e por toda uma série de fatores por sua vez técnicos, ideológicos, etc. Assim, o que poderia ter sido uma linha de desenvolvimento secundária se Hartmann, Kris e Loewenstein tivessem permanecido na Alemanha tornou-se o fulcro de consideráveis desenvolvimentos teóricos/práticos, a ponto de se converter no principal marco de referência para o pensamento psicanalítico nos Estados Unidos entre 1940 e 1970. E a prova de que não há nenhuma aliança predeterminada entre estes fatores, de que sua combinação obedece a causas contingentes e específicas, está no singular destino de Theodor Reik, o psicanalista excluído pelo establishment nova-iorquino, que trabalha em direções absolutamente diversas das da psicologia do ego e inaugura um modo original de pensar a relação entre teoria e prática em psicanálise, centrado sobre a autoanálise: um de seus leitores será, na França, Conrad Stein.

Da mesma forma, ao se aclimatar na França a psicanálise encontra um terreno que a influencia e contra o qual ela vai atuar, até se converter, nos anos 1960, num dos pilares do establishment intelectual parisiense. À beira do Sena, ela não tem que se justificar frente ao behaviorismo nem defender sua cientifici-

7. Laplanche e Pontalis, “Surdétermination”. In: *Vocabulaire de la psychanalyse*. pp. 467-8.

dade em termos positivistas: tem de se haver com a tradição psiquiátrica de Pínel, Esquirol e seus discípulos, com a tradição de uma psicologia compreensiva pouco atraída por experimentos de laboratório, com a voga filosófica do bergsonismo e com as novas tendências dos anos 1930, em particular a fenomenologia, o hegelianismo e o marxismo.

Para continuarmos com o exemplo do ego: como imaginar que um psiquiatra familiarizado com a dialética possa admitir, um instante sequer, a ideia de um ego autônomo? Não é preciso ir tão longe: desde La Rochefoucauld, desde Pascal, o *moi* é adjetivado como *haïssable* (odioso). Eis aí uma referência cultural que não deixa imune a teoria psicanalítica. Além disso, sabemos que os primeiros a se interessar por Freud na França foram os literatos e artistas, e em seguida os filósofos: literatos e artistas marcados pelo surrealismo, filósofos cujo horizonte de pensamento eram os “três H” — Hegel, Husserl, Heidegger. É com estes interlocutores que a doutrina psicanalítica dialogará; eles serão também seus adversários, ou se contarão entre seus aliados: pense-se em Sartre, ou nos interlocutores ilustres convidados por Lacan para seu seminário nos anos 1950. Os psiquiatras e médicos, que na América fagocitaram a psicanálise (a despeito dos veementes protestos de Freud), na França não apenas possuíam uma formação mais humanística, mas ainda jamais detiveram em mãos o poder de impedir a habilitação dos não médicos. Como nos admirarmos de que a psicanálise francesa, na teoria e na prática, seja tão diferente da americana?

Poderíamos aplicar o mesmo esquema para a Inglaterra, onde o interesse quase exclusivo dos psicanalistas no trabalho clínico e nas questões internas da sua Sociedade, somado à impermeabilidade do establishment universitário à disciplina freudiana, teve um efeito paradoxal: apesar da enorme importância da psicanálise britânica no interior da IPA, em seu próprio país tem sido mínima a influência dela sobre a cultura em geral. O inverso, porém, é semelhante ao que ocorreu no resto do mundo — ou seja, o ambiente social e científico impregnou a psicanálise com características que a tornam distintamente *British*. O aspecto científico é mais evidente: basta abrir um texto escrito em Londres para nos darmos conta do peso da tradição empirista sobre a maneira como os analistas de todas as tendências concebem tanto o funcionamento psíquico quanto a maneira de formular e testar suas hipóteses teóricas.

Quanto ao social, é mais sutil: parece-me que uma de suas manifestações pode ser inferida do valor conferido às reações do paciente frente às ausências do

analista, por exemplo nos fins de semana. Tais reações indicam a intensidade da transferência, e, como a prática à inglesa dá grande ênfase às interpretações transferenciais, o fato de uma sessão ter ocorrido na sexta ou na segunda-feira tem um relevo que não encontramos em relatos vindos de outros países. É possível que a intensidade da transferência tenha algo a ver com a amplitude da regressão induzida pelo ritmo usual de quatro sessões semanais, mas também é possível que ela se deva à estrutura psíquica de um grande número de pacientes, que com frequência é caracterizada pelos autores como muito frágil. Ora, se uma importante fração das pessoas que procuram análise na Inglaterra é constituída por indivíduos borderline ou quase psicóticos, isso talvez se deva à relutância dos mais “normalmente neuróticos” em se tratar. Tenho consciência de que tal afirmação necessitaria ser apoiada por um estudo mais aprofundado; contudo, não me parece absurdo vincular tal relutância — que por outro lado combina bem com a pequena penetração da psicanálise na cultura inglesa de modo geral — com características comumente associadas ao “caráter inglês”: reserva quanto a tratar de assuntos pessoais, e grande tolerância a excentricidades que alhures talvez justificassem o recurso a um terapeuta.

Seja como for, para nossas finalidades é mais importante insistir na relação entre a tradição empirista e a forma da teoria do que na hipótese que acabo de levantar — ainda que, se algo desse gênero efetivamente ocorresse, seria um motivo adicional para o fato indiscutível de que a matriz clínica de kleinianos e bionianos está na psicose, que Bion estende virtualmente a todo o gênero humano (o “núcleo psicótico” dos neuróticos). Essa determinação faz do pensamento kleiniano um bom teste para nossa hipótese, pois o destino dele na Argentina — o outro grande foco de difusão do kleinismo — foi bem diverso que na ilha de Sua Majestade. Com efeito, à beira do Prata ele encontrou uma psicologia fortemente interessada na dimensão social do sujeito (a famosa tríade “bio-psico-social”, interesse que provavelmente tem algo a ver com as condições políticas e sociais do país, e com a época e a maneira como a psicanálise ali se implantou: anos 1940, ou seja, quando o peronismo criou serviços de assistência médica que incluíam tratamento psicológico, portanto exigindo profissionais em número suficiente para os realizar; anos 1950, quando nas universidades as cátedras de psicologia eram ocupadas também por psicanalistas; e anos 1960, quando vários didatas se revoltaram contra a prática da APA de só aceitar médicos, e criaram grupos de estudo para psicólogos, nos quais davam aulas e supervisões de cunho psicanalítico.

O resultado desses processos foi a emergência do movimento da *salud mental*, e um forte compromisso político de muitos analistas portenhos, que durante a ditadura dos generais os tornou alvo de suspeitas e perseguições. Estas, por sua vez, estão na origem da diáspora psicanalítica argentina, que entre outras coisas veio a dar grande impulso à psicanálise brasileira nos anos 1970. O caso da Argentina comprova mais uma vez que os solos onde vai medrar a disciplina inaugurada por Freud têm de ser minuciosamente examinados, pois é evidente que seu desenvolvimento em cada um deles é sobredeterminado por condições que não podem ser consideradas nem homogêneas nem irrelevantes.

Creio que esses exemplos bastam para subsidiar meu argumento: a ferramenta conceitual da sobredeterminação permite pensar esquemas nos quais os três focos que propus — a matriz clínica, o clima cultural e a leitura de Freud — se retroalimentam uns aos outros. No que tange à leitura de Freud, por exemplo: qual Freud? Que aspectos da teoria, em qual ordem de prioridade, por que motivos, para quais finalidades, contra quem, vão ser sucessivamente valorizados e criticados? A resposta depende da conjunção das outras duas coordenadas: as necessidades impostas pela matriz clínica e o clima cultural determinarão certos *tipos de questões*, para os quais serão procuradas respostas na teoria freudiana. Ora, esta se caracteriza precisamente pela multiplicidade de caminhos entreabertos, de modo que não é difícil encontrar elementos de resposta que apontem na direção das perguntas colocadas. E, se não apontarem, uma interpretação apropriada fará com que apontem... Com isso, forjam-se conceitos que têm uma face clínica e uma face polêmica: trata-se de resolver os enigmas da prática, e, simultaneamente, justificar as escolhas teóricas frente às disciplinas já estabelecidas (psiquiatria, psicologia, filosofia), mas sobretudo frente aos outros psicanalistas.

Para continuar com nosso exemplo do ego: na linha anglo-saxã, dar-se-á ênfase aos processos de integração e de maturação, enquanto a perspectiva lacaniana (e posteriormente quase todo o pensamento analítico francês) tenderá a valorizar na constituição dele a dimensão identificatória, incluindo neste processo a intersubjetividade. Para isto, contribuem tanto o estudo da paranoia (matriz clínica) quanto a análise da subjetividade feita por Alexandre Kojève a partir da *Fenomenologia do espírito* hegeliana (fator cultural). Outro exemplo: para Lacan, será essencial demonstrar a natureza *dialética* da psicanálise, enquanto para os que pensam nos Estados Unidos será imprescindível afirmar sua natureza *científica* (o que, na perspectiva positivista, quer dizer capaz de ser empiricamente testada por observadores independentes).

Vemos, assim, que as opções teóricas e práticas adotadas pelos fundadores das escolas que estamos examinando situam-se no interior de uma rede extremamente complexa de fatores, distribuídos pelas três vertentes propostas e amarrados entre si por sobredeterminações sucessivas. Eis por que não é possível aceitar a imagem que cada escola propõe de sua relação com Freud: todas essas imagens, além de serem demasiado simplistas, desempenham uma função polêmica que não interessa ao historiador convalidar.

Dessa forma, a alegação lacaniana de que a psicologia do ego e o kleinismo são deformações da doutrina original, em virtude do que é necessário efetuar um retorno a Freud, só pode ser considerada como servindo a finalidades polêmicas. A origem desta polêmica (e da crença na veracidade do “retorno”) merece investigação: por que *retorno*? Quais as bases da crítica lacaniana ao establishment da IPA? Há retorno, ou reinterpretação de Freud, e, neste caso, quais os parâmetros desta reinterpretação? Colocar tais questões em nada diminui o valor da renovação trazida por Lacan, e pode ser uma utilíssima vacina contra o dogmatismo, já que, quando o situamos em seu devido contexto, ele aparece não como um Messias, mas simplesmente como um dos poucos — e geniais — psicanalistas que, até hoje, souberam inventar um modelo que sem deixar de ser psicanalítico não se limitasse a redobrar o de Freud. E já é bastante!

A) MODELOS REDUTORES:

- a) redução dela ao pensamento de Freud;
- b) redução das descobertas psicanalíticas a fatos que podem ser incorporados a outras disciplinas, desprezando a forma especificamente analítica pela qual foram isolados.

B) MODELOS LINEARES:

- a) por aglutinação externa: o modelo cronológico-geográfico;
- b) por continuidade vertical: o modelo kleiniano do aprofundamento;
- c) por continuidade horizontal: o modelo ego-psicologista da ampliação.

C) MODELOS INTERPRETATIVOS:

- a) utilizando como categoria central a resistência: o modelo lacaniano;
- b) utilizando como categoria central a repetição e a transferência: o modelo de François Roustang;
- c) utilizando como categoria central o *après-coup* e os mecanismos do processo primário: o modelo de Jean Laplanche;

D) MODELOS SOBREDETERMINANTES: são os que reconhecem a existência de várias coordenadas inter-relacionadas da forma exposta acima. Além do modelo proposto neste livro, considero como exemplos deste gênero os utilizados por Elizabeth Roudinesco em *Histoire de la Psychanalyse en France*, e por André Green em seu relatório de 1974, “*L’Analyste, la symbolisation et l’absence dans le cadre analytique*”.⁸

Vejamos rapidamente algumas características de cada tipo de modelo. No primeiro grupo, a bem dizer, o caráter histórico da psicanálise desaparece.

a) a tendência que reduz a história da psicanálise à evolução interna da obra de Freud é ilustrada pelo prefácio de Daniel Lagache ao *Vocabulário* de seus alu-

8. Cf.: Elizabeth Roudinesco, *Histoire de la Psychanalyse en France*. Paris: Ramsay, 1982; André Green, “L’Analyste, la symbolisation et l’absence dans le cadre analytique: à propos des changements dans la pratique et l’expérience analytiques”. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n. 10, pp. 225-58, out. 1974.

nos Laplanche e Pontalis: a pretexto de se conformar com a preponderância esmagadora da terminologia cunhada por Freud em matéria de conceitos psicanalíticos, ou com a “resistência” implícita nas dissidências que abalaram o movimento (por exemplo, no volume coletivo editado pela Sociedade Psicanalítica de Paris, *Les Écoles Psychanalytiques*), o que se faz é, na verdade, dispensar as incômodas interrogações sobre o porquê dessa preponderância e sobre o sentido daquelas dissidências. Tomando assim como necessário um fato que pertence ao domínio do contingente, o que se escamoteia é a imensa variedade da diáspora psicanalítica, sob o argumento falacioso de que ela não é “relevante”.

b) a tendência que reduz as descobertas psicanalíticas a “fatos” cujo verdadeiro sentido deve ser dado por outras disciplinas, epistemologicamente reputadas mais fortes, é ilustrada pelos trabalhos dos freudo-marxistas e dos freudo-fenomenólogos: Wilhelm Reich, Lucien Sève, certos frankfurtianos, na primeira corrente; Jean Hippolyte e Paul Ricoeur (entre outros) na segunda. Em ambos os casos, a parte boa e interessante da psicanálise deve ser incorporada a seus sistemas respectivos, extraíndo-se, como na clássica metáfora de Marx, o “núcleo racional” da “ganga” supostamente “ideológica” que o envolve. O curioso é que, pelo critério marxista, esse núcleo racional consiste no caráter dialético e materialista da psicanálise, enquanto pelo metro da redução fenomenológica o mesmo núcleo racional consiste na dimensão da interpretação e do sentido. Tanto para uns como para outros não tem qualquer importância a *maneira* pela qual os analistas chegaram a tais resultados. Em especial, a metapsicologia é sempre recusada — pelos marxistas, por ser “materialista vulgar”, isto é, idealista; pelos fenomenólogos, por ser “positivista”, isto é, metafísica. Dessa forma, seja desvalorizando Freud por ser mau filósofo, seja hipervalorizando-o como o único inventor fecundo na história da disciplina, cada uma das tendências redutoras termina por considerar, ou bem que não se pode falar de história da *psicanálise*, mas somente de história do *movimento* psicanalítico, ou bem que esta história existe, mas é destituída de interesse, e no fundo matéria para ratos de biblioteca, não para psicanalistas.

Os modelos lineares reconhecem a existência de uma história da psicanálise, porém têm dela uma visão demasiado pobre:

a) no modelo cronológico-geográfico, justapõem-se sem qualquer coerência interna autores e obras, começando com Freud e terminando com uma visão geralmente superficial da situação atual em vários países. Aqui se supõe que a expansão geográfica da psicanálise seja um fato perfeitamente natural, que não requer maiores explicações: permanecemos no nível descritivo, sem que seja apontada uma dinâmica interna capaz de explicar *por que* os autores que se sucedem o fazem *desta* maneira e *nesta* ordem. Por isso, nesse tipo de história habitualmente dá-se preferência às peripécias do movimento psicanalítico, mais suscetíveis de um tratamento narrativo do que as árduas escarpas da metapsicologia ou da teoria psicopatológica.

b) as perspectivas kleiniana e ego-psicologista não padecem deste defeito; querem, ao contrário, provar a existência de uma continuidade ininterrupta entre Freud e Klein, por um lado, e entre Freud e Hartmann/Anna Freud por outro. Como afirmei há pouco, o simples fato de duas tendências tão opostas pretenderem ser a continuação direta da mesma obra já sugere que a pretensão é sujeita a dúvidas. De fato, a escola kleiniana insiste no tema do *aprofundamento* das ideias freudianas possibilitado pelo trabalho de Melanie Klein, enquanto a escola americana enfatiza o *enriquecimento* de Freud pelas contribuições de disciplinas consideradas conexas (psicologia, sociologia, etc.).⁹ Aprofundamento ou enriquecimento, continuidade pelo “desenvolvimento lógico e natural” de certas ideias freudianas,¹⁰ ou continuidade pela “superação” das limitações inerentes à obra de Freud — que infelizmente desconhecia os avanços mais recentes das *social sciences* — o fato é que a história como produção do novo acaba por desaparecer sob as necessidades da polêmica ou da apologia *pro domo*. Pois o que é preciso provar, tanto num caso como no outro, é que os desenvolvimentos em questão *não* alteram substancialmente o esquema conceptual herdado de Freud. Se o alterassem, a linearidade postulada estaria obviamente rompida. O que a meu ver sugere que, se existe continuidade e novidade, ela não pode ser *linear*. Eis por que creio mais adequado, embora mais trabalhoso, operar com a noção de uma continuidade sobredeterminada.

9. M. Kanzer e H. Blum, “A técnica clássica desde 1939”. In: B. Wolman (Ed.). *Técnicas psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. I: A técnica freudiana, pp. 125 ss.

10. J. Rivière, “Introdução” a *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 21.

O terceiro grupo de modelos — os interpretativos — procura utilizar, para dar conta do seu passado, conceitos produzidos pela própria psicanálise.

a) a ideia de *resistência* é invocada por Lacan e seus discípulos para explicar os “desvios” kleinianos e norte-americano, e para justificar o retorno a Freud: veja-se por exemplo a abertura do “Discurso de Roma”,¹¹ ou textos de autores da escola, como *O que é psicanálise* e *Lacan: através do espelho*, de O. Cesarotto e M. Peter de Souza Leite.¹² A proposta lacaniana é demasiado sofisticada para que dela se possa falar em poucas linhas; basta dizer que, abertamente polêmica, ela escamoteia, sob a máscara do retorno, o considerável esforço de interpretação da obra freudiana realizado por Lacan, dispensando-se no mesmo movimento de justificar a escolha dos parâmetros filosóficos que norteiam esta interpretação (em particular, a escolha de Hegel e, em certa medida, de Heidegger).

b) quanto à ideia de *repetição*, é introduzida por François Roustang em *Un destin si funeste*,¹³ e visa a explicar as aberrações da Escola Freudiana de Paris em termos do “destino funesto” imposto à psicanálise pelos laços transferenciais que vinculam as gerações sucessivas de psicanalistas a *maîtres* (mestres e senhores) como Freud e Lacan. Apesar da engenhosidade por vezes considerável dessas tentativas, elas não consideram necessário demonstrar — ao contrário, assumem sem maiores questionamentos — que o processo psicanalítico e os fenômenos por ele desencadeados (repetição, transferência, resistência) sejam parâmetros suficientes para pensar um fato social e cultural tão complexo quanto a difusão da psicanálise e a formação de teorias relativamente incompatíveis entre si. Trata-se, na verdade, de saber se ela é ou não o instrumento adequado para dar conta do surgimento do novo no plano da teoria, ou da repetição infundável do mesmo no plano das instituições. No caso de Roustang, admitir que a história dos conceitos psicanalíticos se explique pelas transferências mal resolvidas dos analistas significa retirar-lhes o caráter de conceitos e reduzi-los a conteúdos psicológicos sem maior interesse. Os lacanianos que rezam pela cartilha ortodoxa

11. Jacques Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse” (1953). In: *Écrits*. Paris: Ed. du Seuil, 1966. p. 242; cf. igualmente “La chose freudienne” (1956). Id. pp. 403 ss.

12. O. Cesarotto e M. P. Souza Leite, *O que é psicanálise: segunda visão*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Id., *Lacan: através do espelho*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

13. F. Roustang, *Un destin si funeste*. Paris: Minuit, 1976.

da sua escola não precisam ir tão longe, já que, para eles, não tem sentido falar de uma *história dos conceitos psicanalíticos*: há o paraíso perdido freudiano, as aberrações intermediárias, e a redenção pelo gênio de Lacan.¹⁴ É evidente que, tanto num caso como no outro, desaparece a dimensão propriamente histórica: a resistência e a repetição são figuras do idêntico, e não do novo.

c) o esforço de Jean Laplanche merece um lugar à parte. Num belo artigo intitulado “Interpretar (com) Freud”,¹⁵ ele apresenta os princípios de seu método. Estes consistem, essencialmente, em aplicar ao texto de Freud os procedimentos interpretativos elaborados neste mesmo texto, em particular a consideração de todos os elementos do discurso como tendo o mesmo valor, e a busca constante das tensões, dos remanejamentos, das omissões, no nível do enunciado teórico. Rigorosamente utilizado, esse método resultou em numerosos trabalhos de exegese do pensamento freudiano,¹⁶ cuja originalidade e fecundidade são inegáveis. Na verdade, a abordagem de Laplanche já trabalha com a sobre-determinação, mas a restringe ao nível da teoria (estudando o impacto, por assim dizer, de cada parte dela sobre as demais, e reciprocamente), e, no essencial, à obra de Freud (embora, nos últimos livros, o pensamento kleiniano venha ocupando lugar cada vez mais destacado, tanto como alvo de crítica quanto como fonte de enriquecimento da perspectiva freudiana).

Mas Laplanche não se considera chefe da escola; seu trabalho é de reflexão e de esclarecimento da obra de Freud, cruzando-a e recruzando-a em inúmeros sentidos. A posição central da fobia em sua abordagem — vinculada à elaboração que faz do problema da angústia — pode ser, contudo, aproximada do que denominei “matriz clínica”, e a contribuição por ele oferecida para a vertente metapsicológica da teoria psicanalítica é das mais fundamentais. Sua própria obra, assim, poderia ser objeto de um tratamento pelo método aqui proposto: com

14. Cf. esta afirmação espantosa de Charles Melman: “Como nos foi transmitida a psicanálise? Através de um acaso: um acaso chamado Jacques Lacan”. cf. *Enfants de la psychanalyse, Ornicar?*, n. 16, Paris, 1978.

15. Laplanche, “Interpretar (com) Freud”. In: *Teoria da sedução generalizada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

16. Trata-se dos cursos ministrados na Universidade de Paris VII (Censier), que se transformaram no livro *Vie et mort en psychanalyse*. Paris: Flammarion, 1970 (ed. bras.: *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1983) e na série *Problématiques* (já há cinco volumes publicados pela PUF: I. *L'Angoisse*; II. *La Castration, symbolisations*; III. *La Sublimation*; IV. *L'Inconscient et le ça*; V. *Le Baquet — transcendance du transfert*).

efeito, é representativa do modo francês de ler Freud, é tributária da *explication de texte* na qual os parisienses são imbatíveis, e tem como precondição o pensamento de Lacan, que apontou a necessidade de estudar minuciosamente a obra fundadora (e que, criticado com severidade por seu ex-discípulo, fornece a este inúmeras das questões com que trabalha).

A partir de *Novos fundamentos para a psicanálise* (1987), Laplanche começou a constituir uma perspectiva própria, não mais para a história da psicanálise, mas para a doutrina propriamente dita: a teoria da “sedução generalizada”. Não é o caso de nos estendermos agora sobre essa contribuição, mas é bem possível que ela se revele uma variante francesa da “teoria das relações de objeto”. Por enquanto, ao menos, essa impressão se fundamenta no papel central conferido por Laplanche ao “outro”, ao adulto, como fonte de excitação que desencadeia o processo da constituição psíquica, e portanto da constituição do sujeito.

Quanto aos modelos sobredeterminantes, entre os quais se conta a presente proposta, procuram levar em conta não somente a derivação ideal de teoria a teoria, mas o fato de que a teoria “segunda” se origina de outros focos, além da herança conceitual de Freud. O que chamo aqui de “foco” consiste, na verdade, num complexo conjunto de determinações entrecruzadas — algumas de ordem clínica, outras de ordem conceitual, outras vinculadas às disciplinas com as quais se considera que a psicanálise deva manter interlocuções — que, caso a caso, é necessário estabelecer seguindo a pista dos textos.

Além disso, convém lembrar que a psicanálise não é apenas resultado de uma combinatória virtual de elementos, como o jogo descrito por Hermann Hesse em *O jogo das contas de vidro*: existe o movimento psicanalítico, cuja história “atormentada” — no dizer de Laplanche e Pontalis — é o ambiente em que as concepções surgem e se difundem, em que homens e mulheres colaboram ou se opõem, em que as redes de transferências, de filiações e de lealdades (ou inimizades) compõem um quadro no qual é preciso nos orientarmos.

Em virtude de todos esses fatores, aquilo a que chamamos uma escola de psicanálise revela-se uma formação extremamente complexa, que seria irrisório pretender reduzir a qualquer fórmula esquemática. Tal complexidade não provém, como espero que esteja claro a esta altura, de nenhum acaso inexplicável, nem de sombrias conspirações que visariam a deturpar a pureza do pensamento

freudiano. Einstein afirmou certa vez que o Senhor é sutil, mas não maldoso: isto quer dizer que, em meio ao caos aparente dos fenômenos, existem princípios inteligíveis, de cuja ação combinada resulta a multiplicidade com que se defronta o observador. O mesmo vale para a psicanálise: a variedade por vezes desnorteante de teorias e de práticas não é aleatória. Ela obedece a linhas de desenvolvimento e a vetores de coerência, que cabe a uma leitura atenta procurar retrilhar.

ESBOÇO DE CRONOLOGIA

Postos esses fundamentos metodológicos, é possível discernir nos 120 anos que nos separam das origens da psicanálise quatro períodos razoavelmente bem delimitados. Como qualquer periodização, também esta é aproximativa, e não deve ser tomada ao pé da letra; baseia-se em características relativamente evidentes a quem se aproxima da literatura psicanalítica, e serve como quadro de referência para organizar o volume gigantesco da produção escrita — que, segundo o *Índice* de Alexander Grinstein, ultrapassa já a casa dos 30 mil títulos. A geografia conceitual da psicanálise — o panorama sincrônico — deve ser complementada pelo eixo diacrônico, no que seria um equivalente da geologia. E, assim como na geologia, as camadas não se apresentam belamente dispostas umas sobre as outras: a continuidade linear foi quebrada por movimentos tectônicos, que resultaram na paisagem que podemos observar. Nela convivem umas ao lado das outras, como numa paisagem de verdade, rochas de diferentes períodos, testemunhando que o tempo deixou suas marcas, às vezes visíveis a olho nu, às vezes necessitando toda uma análise para que se possam evidenciar.

A cronologia da psicanálise apresenta-se então da seguinte maneira:

1^o PERÍODO: 1895-1918

Nessa época, *psicanálise* é essencialmente sinônimo de “pensamento de Freud”. Seus marcos são, por um lado, a publicação dos *Estudos sobre a histeria*, a redação do *Projeto de uma psicologia científica* e a interpretação do sonho de Irma (1895); por outro, o fim da Primeira Guerra Mundial e a publicação das *Lições de introdução à psicanálise* de 1916-7. Durante esse período, Freud escreve os textos

que servem ainda hoje de fundamento para a disciplina, nas quatro vertentes que a compõem (metapsicologia, teoria do desenvolvimento, psicopatologia e teoria do processo analítico), e reúne à sua volta o grupo de discípulos que forma o núcleo do movimento analítico, consolidado com a fundação em 1911 da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).

Esses homens, conquanto zelosos e brilhantes, permanecem durante os primeiros dez anos de seu relacionamento com Freud na posição de alunos: escrevem artigos cujo propósito é essencialmente divulgar as ideias do mestre e ilustrá-las com aplicações clínicas ou temáticas que comprovem sua veracidade e fecundidade, organizam associações psicanalíticas em diversos países — mas não realizam contribuições capazes de se igualar à produção de Freud. Isso não significa que sejam pouco valiosas: significa apenas que elas se inscrevem na filiação direta do pensamento de Freud, sem infletir-lo em direções cujo desenvolvimento pudesse resultar em *tendências* ou *escolas* psicanalíticas no sentido definido acima. Naqueles inícios, a psicanálise ainda estava de tal modo identificada com seu criador que a alternativa consistia na fidelidade ou na dissidência; ela era *una* — ao menos no nível em que as teorias freudianas admitem este qualificativo — e os trabalhos por ela suscitados moviam-se na órbita do pensamento freudiano.

Contudo, o distanciamento trazido pelas hostilidades, a evolução pessoal dos principais discípulos e a experiência das chamadas “neuroses de guerra” terão como consequência, a partir da década dos 1920, uma modificação importante nesse panorama, o que justifica considerá-la como início de uma nova etapa.

2^o PERÍODO: 1918-39

Esta segunda fase se caracteriza pela presença simultânea da figura de Freud — que continuava a construir seu pensamento e a introduzir nele alterações significativas — e de fatores cuja operação conjunta tende a favorecer a existência de focos de produção psicanalítica autônomos, embora ainda não suficientemente organizados para que se possa falar de tendências ou escolas claramente diferenciadas. O resultado dessa constelação é o surgimento de debates importantes — *dentro* da psicanálise — acerca de questões teóricas, clínicas e institucionais, enquanto anteriormente predominavam as discussões entre a psicanálise e o meio exterior (psiquiátrico, filosófico, psicológico, etc.).

Predominância não quer dizer *exclusividade*; a novidade desta segunda fase é que as discussões não terminam necessariamente em dissidências formais nem em expulsões espetaculares, mas na formação de *correntes de opinião*, que serão as bases das escolas propriamente ditas. Há casos de conflito insanável (Wilhelm Reich, Otto Rank), mas não são a regra: o comum é que as discussões — ainda que acerbas — permaneçam no âmbito definido pela obra freudiana.

À medida que esta caminha para sua conclusão, porém, verifica-se que é mais resistente a uma síntese definitiva do que se poderia supor à primeira vista: Freud não coincide integralmente com Freud, as hipóteses regionais que elaborou ao longo de trinta ou quarenta anos de trabalho não se harmonizam sem resto, e é justamente esta diversidade interna à doutrina de base que alimenta e legitima o debate. A este fator somam-se outros, de vários gêneros, que convém não confundir. Sem pretender à exaustividade nem a uma precisão por enquanto prematura, podemos enumerar alguns deles:

a) *fatores de ordem clínica*: a psicanálise se estende a situações e a patologias estudadas por Freud, mas sem que este as tenha quase “esgotado”, como foi o caso da teoria dos sonhos ou da teoria das neuroses (exemplos: análise de crianças e de psicóticos, terapia em instituições). As novas situações exigem enquadramentos diversos, e formas novas de abordagem, o que suscita discussões acaloradas (por exemplo, entre Melanie Klein e Anna Freud a respeito da análise infantil). Outros problemas de técnica adquirem relevância (por exemplo, a ordem das interpretações — do superficial para o profundo, como queria Wilhelm Reich, ou o inverso, como faziam Klein e Otto Fenichel).

b) *fatores de ordem institucional*: a organização sistemática da formação e as incessantes disputas a este respeito (exemplo: formação restrita a médicos ou aberta a não médicos), bem como a progressiva institucionalização dos grupos psicanalíticos, criaram um canal para a multiplicação dos psicanalistas que já não dependia do contato direto com Freud, e também um espaço para discussões igualmente independente da arbitragem dele, embora o peso da sua opinião permanecesse sempre considerável. Considerável, porém não mais decisivo, o que a meu ver constitui uma diferença de grande porte.

Em consequência, a rede de transferências deixa de ter seu pivô em Freud para se refratar por diversos focos, dando origem a uma geração de analistas para quem ele se apresentava mais como um *autor* do que como um objeto pessoal de

amor ou de rivalidade. Em relação ao primeiro período, essas mediações mais consistentes e mais opacas entre cada analista e Freud representam uma alteração essencial nas condições subjetivas e individuais da produção de conceitos dentro da disciplina.

c) *fatores de ordem teórico-conceitual*: a diversidade geográfica trazida pela implantação da psicanálise em países exteriores à sua área de nascença, somada a uma estrutura mais rígida de organização e à variedade de experiências clínicas, favorece o surgimento de diferentes vertentes na interpretação da obra de Freud, que acentuarão esta ou aquela dimensão, este ou aquele conjunto de noções, este ou aquele período ou estilo dentre a massa de escritos freudianos. A princípio pouco evidentes, esses matizes de interpretação vão fazer surgir aos poucos o “Freud americano”, o “Freud kleiniano”, o “Freud húngaro”, todos reivindicando com maior ou menor veemência a exclusividade da leitura correta daquilo que em breve se poderá chamar de “herança” freudiana. Outro aspecto centrífugo consiste no fato de que, em determinadas questões, a opinião de Freud já não é aceita unanimemente (por exemplo, a ideia de pulsão de morte, ou sua leitura da sexualidade feminina). O jogo combinado de uma série de recortes privilegiados e do confronto com determinados conceitos de áreas afins (nem sempre as mesmas, aliás, e nem sempre escolhidas pelos mesmos critérios) irá redundar na elaboração de hipóteses cada vez menos diretamente dedutíveis do corpus freudiano: está aberto o caminho para a formação das “escolas”.

Essa segunda fase se conclui com a década de 1930: em 1939, morre Freud e começa a Segunda Guerra Mundial. Em consequência das perseguições fascistas, desmantela-se a psicanálise na Alemanha, na Áustria e na Hungria; sua língua predominante deixa de ser o alemão, e, com a emigração para a Inglaterra e para as Américas, passa a ser o inglês. Dos primeiros discípulos de Freud, apenas Jones sobrevive à guerra; quando esta termina, a geografia da psicanálise experimentou profundas mudanças, e tem início um novo período.

3^o PERÍODO: 1940-70/5

Esta é propriamente a “era das escolas”: a psicanálise apresenta-se dividida em tendências que seguem uma evolução própria, impulsionada por fatores por

assim dizer endógenos. Formam-se núcleos de teorização divergentes e maneiras estandardizadas de praticar a análise; a diversidade já presente na segunda fase se cristaliza em torno de autores centrais, que são ao mesmo tempo os protagonistas de embates institucionais no interior das diversas associações nacionais.

Sem pretender à exatidão nas minúcias, pode-se dizer que se organizam quatro grandes correntes: a psicologia do ego, a tendência kleiniana, a escola das “relações de objeto” e o lacanismo, que seguem trajetórias próprias, como que desdobrando as potencialidades contidas em seus respectivos focos teóricos e clínicos. Observa-se uma relativa impermeabilidade entre essas trajetórias, ao menos no nível das formulações oficiais: poucas são as citações recíprocas, a formação codificada privilegia os autores e textos canônicos em cada tendência, etc. Há por vezes interesse no que se faz em outras paragens, mas geralmente polêmico (o caso mais evidente é do lacanismo frente à psicologia do ego e à obra de Melanie Klein).

Na escala macroscópica, os fenômenos mais importantes deste período parecem ser o surgimento de uma psicanálise sólida na França, a difusão do kleinismo na América do Sul, e a predominância americana no seio da Associação Internacional. É como se, dos fatores centrífugos do período anterior, tivesse resultado uma etapa de decantação, cada grupo de psicanalistas cultivando seu jardim de modo relativamente isolado e sem se preocupar muito com o que se passava com os demais. Isso, é claro, de modo geral, já que para cada escola a relação com as outras se coloca de modo específico: por exemplo, entre os kleinianos e o grupo das relações de objeto a porosidade é bem maior do que entre ambos e a psicologia do ego e/ou a elaboração lacaniana.

Por que colocar a barra em meados da década de 1970? Porque no início dela se verificam duas ordens de fatos: por um lado, começa a haver certa comunicação entre autores de escolas diferentes; por outro, chega à maturidade um grupo de analistas cujas elaborações teórico-clínicas dificilmente se enquadram nas divisões que prevaleciam na “era das escolas”. A morte dos principais líderes destas, ou a diminuição da sua intensidade produtiva e do grau de originalidade de suas contribuições, também introduz novos elementos no panorama psicanalítico. São esses fatos que me levam a sugerir que durante essa década se encerra uma época, e, de modo ainda discreto, tem início outra. Talvez a própria proliferação de correntes torne impossível a coincidência temporal dessas transformações: se é verdade que cada qual tem sua dinâmica própria, não é de se esperar que uma mesma data possa ter significação idêntica para todas.

4^o PERÍODO: 1975/80 ATÉ HOJE

O traço principal deste período me parece ser a impossibilidade de caracterizá-lo de modo simples e direto. Pode ser que isso se deva à falta de distância entre o historiador e seu objeto; mais positivamente, creio que na atualidade se defrontam duas grandes vertentes na psicanálise.

A primeira parece prolongar o período das escolas, como se a barra dos anos 1970 não tivesse existido: nela encontramos os ortodoxos de todos os matizes, olímpicamente infensos ao que não seja o seu credo de origem. Para esta vertente, tudo se passa como se com Lacan, Klein ou quem quer que seja seu líder espiritual a psicanálise tivesse atingido um cume intransponível, restando aos pósteros apenas a tarefa de manter intacta a herança que cada qual reputa verdadeira. Daí o aspecto repetitivo de suas contribuições, reduzidas no mais das vezes ao comentário e à ilustração, embora ocasionalmente brilhantes. São escritos de epígonos, um pouco à maneira dos que se reuniam em torno de Freud, embora sem o frescor e sem a dimensão épica daqueles primeiros heróis da psicanálise.

A segunda vertente é constituída por diversos autores que têm em comum mais uma postura que uma ligação doutrinal: são aqueles que ou transitam por diversos campos “escolásticos” para, com o resultado dessas excursões, construir seu pensamento (por exemplo, André Green e Joyce McDougall), ou então escolheram trilhar uma trajetória própria, um pouco à margem das escolas institucionalizadas (por exemplo, Conrad Stein, Piera Aulagnier, Wilfred Bion, Heinz Kohut, Christopher Bollas). Constroem-se assim obras que têm uma coerência própria, mas que não cobrem o conjunto de problemática psicanalítica — traço a meu ver necessário para que se possa falar em “escolas” — nem pretendem ser o ponto de convergência de uma corrente institucionalizada, embora possam ser extraordinariamente influentes de um modo mais difuso.

Mais uma vez, alerta para o caráter esquemático dessas afirmações, visto que Kohut, por exemplo, parece mais próximo do modelo de chefe de escola do que Piera Aulagnier. O estudo mais pormenorizado de cada autor deverá precisar se e em que medida seu perfil se enquadra na categorização proposta.

Esquemática ou não, esta maneira de conceber a história e a geografia da psicanálise tem suas vantagens. A primeira e mais óbvia é que permite contextualizar as doutrinas psicanalíticas num movimento de conjunto, movimento que dá conta de forma relativamente satisfatória da *dispersão crescente* que se verifica ao longo do eixo cronológico.

Tal dispersão não é arbitrária: estrutura-se segundo um ritmo de oscilações a partir de um centro comum, que é a obra de Freud. A um período de desbravamento inicial do terreno pelo explorador quase solitário, segue-se uma época fértil em discussões localizadas; vem em seguida um tempo de sedimentação a partir das rupturas produzidas por tais controvérsias, e por fim um momento — o nosso — em que as tendências centrífugas parecem ser contrabalançadas por uma circulação mais desimpedida entre os diversos quadrantes do universo psicanalítico. É cada vez mais frequente encontrar, num dado texto, referências a autores antes tidos como incompatíveis; embora não esteja à vista qualquer grande síntese — que não seria, creio, nem possível nem desejável — tem-se a impressão de que, ao menos nos psicanalistas que têm algo novo a dizer, vem decrescendo o provincianismo, essa triste e limitadora doença infantil da imaginação.

Ao iniciar seu segundo século de existência, assim, a disciplina fundada por Freud atravessa uma fase cujos contornos são menos nítidos que os daquelas que a precederam. Resultado da sua própria e movimentada história, essa indefinição relativa é sinal de vitalidade e não de decadência: significa que a prática continua a colocar problemas para a reflexão teórica, problemas que por vezes se deixam formular e resolver com os instrumentos já consagrados, e por vezes requerem a invenção de novas ferramentas conceituais, o que por sua vez faz trincar a teoria estabelecida e suscita novos desenvolvimentos, numa espiral fecunda e fecundadora.

Exemplos desses problemas não faltam: existe ainda uma fase de latência na sexualidade infantil, numa época em que a experiência das crianças é determinada de modo tão fundamental pela publicidade e pela mídia? Como se estrutura o processo terapêutico numa época em que cada vez é mais raro que os pacientes possam vir às sessões muitas vezes por semana? A psicanálise pode desenvolver instrumentos para lidar com as formas endêmicas de patologias como a drogadição e a anorexia? Aliás, são mesmo *novas* tais patologias? Tanto no campo da prática clínica quanto no da teoria propriamente dita as questões se avolumam sem cessar.

Além disso, o contexto no qual operam os psicanalistas transforma-se em todos os países de forma acelerada: dos tratamentos medicamentosos para a esquizofrenia e a depressão à proliferação das psicoterapias cognitivas, da onda de críticas a Freud e à psicanálise que grassa nos Estados Unidos à relativa estagnação que se observa na França após as décadas fervilhantes entre 1950 e 1980, da emigração de muitos analistas argentinos que se seguiu ao golpe de 1976 à renovada vitalidade do grupo kleiniano na Inglaterra e à fulminante implantação do lacanismo na América Latina, o panorama não cessa de se alterar de ano a ano.

Talvez seja esta uma das razões pelas quais se manifesta atualmente um interesse tão grande pela história da psicanálise, que conduz por exemplo à redescoberta de um clássico como Ferenczi, e à publicação de biografias de tantos analistas. Hegel dizia que o pássaro de Minerva só levanta voo ao crepúsculo, querendo com isso indicar que o momento da reflexão só se instala quando aquilo que se trata de pensar chegou ao término do seu desenvolvimento. Uma leitura melancólica desta ideia nos levaria a pensar que, esgotado o ímpeto criador, a psicanálise se volta hoje para o seu passado porque ele se tornou mais interessante que o presente, e porque o futuro já não promete nada. Não penso assim; escrever a história não implica deixar de inovar. Compreender o que nos precedeu é uma tarefa absorvente, por certo, dada a massa impressionante do que já se produziu; mas também é verdade que essa tarefa se justifica porque somos herdeiros de uma tradição extraordinária, e conhecê-la em suas origens, em suas linhas de desenvolvimento e em seus pontos cegos pode nos ajudar a utilizar com mais conhecimento de causa os instrumentos que ela pôde forjar.

Ainda Hegel: criticando a posição do iluminismo diante da religião, posição que nela via apenas superstição e obscurantismo, o filósofo dizia que as crenças alimentadas por tantos homens durante tantos séculos não poderiam ser totalmente erradas e absurdas. A escala da nossa disciplina não é a dos séculos, mas a das décadas; contudo, o dito hegeliano se aplica também a ela. Teorias e concepções como as que foram propostas desde 1895 por tantos autores, entre os quais se contam algumas das mentes mais brilhantes e sagazes do século xx, não podem a meu ver ser pura algaravia: merecem ser interrogadas, ter sua origem precisada, e determinadas as questões a que visavam responder. É esta a tarefa do historiador da psicanálise.